

Na primeira reunião ministerial deste ano, o Governo reconheceu estar corroído pela corrupção e que a tolerância ao desgaste já se esgotou. Permitindo a irradiação da fala do Presidente e dos principais titulares da área econômica, comprometeu-se a inverter, em definitivo, o processo contra-producente.

Todos os Três Poderes se fizeram representar. Assim, de hoje em diante cabe à Nação começar a sentir, e de imediato, as respostas capazes de, ao menos, conter o ceticismo no povo e os abusos na esfera oficial.

Após três anos, o Planalto efetua balanço geral. E deixa recibo de dispor de instrumentos necessários não mais ao que se tem de fazer, mas como fazer — e quando. Louvando o advento do Orçamento Único, investe-se da responsabilidade de prová-lo, na eficácia prática. Proclamando a saturação da passividade, traduzida por tolerância, a autoridade afinal tem de exibir exercício até mais rigoroso, por-

que há extenso lastro de omissões.

Com dois ministros novos, isentos da chancela partidária nem sempre de partido, porém de facção de partido, a Presidência da República recarrega seu arsenal exatamente no campo de batalha imediata: a econômica. O monstro da inflação, com os trajes de passeio do déficit público e o olho vivo da dívida externa, ocupa a vanguarda dos problemas de custeio.

Entretanto, figura na estratégia de cúpula, um pouco mais embaixo, a Secretaria da Receita Federal aponta um vácuo de caixa da ordem de Cz\$ 1,2 trilhão por conta, ou em favor, dos sonegadores. Ai se descobre uma fonte oculta, com a lama circundante e que a protege, de insultante tripúdio a quem paga impostos.

Cave-se mais fundo e encontrar-se-á bastante recurso material para amortizar as dívidas, internas e externas. O essencial é que o Governo, perante a Nação, emite um

diagnóstico sombrio e toma o compromisso de agir em definitivo.

Se a herança de ônus já afligia o País, nada lhe deve ser acrescentado em peso e medida. Foi por isso que se mudou o regime e quem apresentou a melhor proposta redentora subiu as rampas dos palácios.

Assim, o seminário ministerial de ontem pode não renovar algum crédito de confiança. Contudo, pode reabrir certo crédito com desempenho firme e conjugado do elenco administrativo, de modo a lançar depressa seus primeiros produtos.

A renúncia a queixas recoloca o chefe do Executivo no receptáculo da almejada confiança. Porque, pelo mandato supremo, se queixas caem de cima, o resto se desbarata — por falta de a quem se queixar.

Ninguém discute o óbvio: hoje é outro dia. E façamos votos para que seja, também, outro o Governo, pelas pernas do Executivo e do Legislativo em passo e compasso algo complicados. Até ontem.